

Esparta e seus cidadãos: entre a honra e a vergonha

Sparta and its citizens: between honor and shame

BERNARDO, G. C. *Comandantes e covardes: honra e mérito em Esparta*. São Paulo: Intermeios, 2020. 410 p.

Luis Henrique Carminati*

Recebido em: 14/04/2023
Aprovado em: 19/05/2023

O livro *Comandantes e covardes: honra e mérito em Esparta*, de autoria de Gabriel Cabral Bernardo, atualmente doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo (PPGHS-USP), expõe uma análise minuciosa acerca da realidade social espartana. Ao longo de dez capítulos, o autor explora elementos sobre a *pólis* de Esparta, como a organização e hierarquia social, as noções de honra, vergonha e mérito na construção de trajetórias políticas e, conseqüentemente, no acesso a certos privilégios sociais.

Apresentarei a seguir os capítulos que compõem o livro e as principais temáticas desenvolvidas pelo autor. Na sequência, abordarei como a obra oportuniza a desconstrução de estereótipos sobre a sociedade espartana. Além dessa importante contribuição, a obra ainda nos possibilita reflexões indispensáveis acerca da *pólis* de Esparta. A discussão organizada ao longo dos capítulos do livro, ressaltando categorias como a honra, vergonha e mérito oportuniza pensarmos sobre como – apesar da distância temporal e guardadas as devidas proporções – vivenciamos uma dinâmica social que reproduz a ideologia de que o caminho para o sucesso profissional é a meritocracia.

Em relação ao valor historiográfico, a obra *Comandantes e covardes: honra e mérito em Esparta* enriquece significativamente o cenário de pesquisas em História Antiga que vem se assomando no Brasil. Com uma escrita organizada e clara, o autor desenvolve seus argumentos com muita lucidez, embasando-os com uma sólida metodologia de pesquisa. A estrutura assumida no livro permite ao leitor o contato com a sociedade espartana e os

* Mestre em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop).

sujeitos que a compunham desde o nascimento, passando por sua “educação infantil” até a velhice e a morte. Deste modo, o transcorrer do livro, que acompanha o “tempo natural” da vida de um cidadão espartano, nos permite perceber as nuances das relações sociais mantidas na *pólis* de Esparta.

No primeiro capítulo, o autor realiza um mapeamento conceitual do termo “honra”, matizando-o e buscando compreendê-lo ao vinculá-lo à construção de relações sociais. Dessa forma, percebe-se que o conceito não pode ser encarado como atemporal e universal, ou seja, a ideia de honra é transformada e reorganizada de acordo com os interesses específicos de cada sociedade.

Assim sendo, o capítulo intitulado “Honra: entre a ordem e revolta” demonstra, de uma maneira abrangente, na tentativa de situar o conceito de honra, como os valores e ideias de determinada sociedade servem como um parâmetro avaliativo, em que os sujeitos podem se aproximar ou se distanciar desse arquétipo ideal, sendo expresso por meio da honra e da vergonha. Logo, o valor social dos indivíduos é estabelecido quando comparados com aqueles que compartilham o mesmo grupo social. Portanto, o status social é reivindicado e definido quando, nas arenas e espaços de disputa por prestígio, os êxitos e falhas são postos em comparação.

O segundo capítulo aborda a problemática da identificação dos espartanos como “amantes da honra” (*philótimoí*) nas principais fontes sobre a *pólis*. O autor salienta como essa noção de “amor pela honra” foi estigmatizada ao ser relacionada com um “defeito” da constituição de Licurgo, que era especializada em criar e moldar sujeitos para contextos militares, mas que não sabia administrar os tempos de paz. Nesse capítulo, o autor indica como essa caracterização sobre os espartanos foi construída em determinado contexto, ou seja, em período posterior à Esparta “clássica” do século V a.C. Com isso, essa tradição idealizada por autores como Platão, Aristóteles e Plutarco consolidou-se como a principal representação acerca dos espartanos, idealizando, assim, uma comunidade, cultura, sujeitos e suas relações sociais que seriam guiadas por uma “bússola da honra espartana”.

No terceiro capítulo, há uma breve apresentação das concepções dos autores da Antiguidade que relacionavam os conjuntos de “leis”, costumes e tradições (*nomói*) com a perspectiva de “natureza” (*phýsis*), caráter e personalidade dos espartanos, esboçando assim uma representação dos cidadãos espartanos. A partir desse tópico, o autor evidencia como as noções e conceitos sobre a *pólis* de Esparta e seus indivíduos foram elaboradas por estrangeiros, geralmente vinculados ao contexto intelectual ateniense e certamente com interesses específicos.

O *corpus* documental existente sobre Esparta, portanto, foi moldado pelas interpretações e influências de estrangeiros. Sendo assim, a Esparta conhecida e

reproduzida ao longo da história precisa ser posta em perspectiva para não cairmos em meros reducionismos. A principal fonte utilizada na obra é a *Constituição dos Lacedemônios* escrita por Xenofonte, que aborda as leis e costumes legados por Licurgo aos espartanos. O autor consegue explorar a obra de Xenofonte e a coloca sob diferentes perspectivas, fator que possibilita não apenas uma reinterpretação da obra, mas também a desconstrução de elementos tradicionais e arraigados sobre os espartanos e seus costumes.

O quarto capítulo mergulha no percurso educacional dos cidadãos espartanos. Analisa como as crianças espartanas, antes da entrada na educação formal, eram inseridas em uma lógica de competição, de valorização dos julgamentos alheios, de internalização do código de honra espartano e da socialização baseados nos conceitos de pudor, obediência e reputação. No quinto capítulo, o autor explora a categoria dos *hēbōntes* (quase esparciatas) e a competitividade intensa à qual os indivíduos eram submetidos como parte do processo educacional, de maneira que o código de honra espartano era reproduzido nas atividades, competições e exercícios praticados.

O sexto capítulo é dedicado inteiramente ao papel das mulheres espartanas inseridas também no sistema de honra. O autor discute como as mulheres também estavam inseridas em uma trajetória educativa, que estava subordinada às expectativas sociais que elas precisavam cumprir, que logicamente, concedia valor social. Esse fator fica evidente na prática do matrimônio, na escolha dos pretendentes – vinculada também às qualidades físicas, reproduzindo uma lógica eugênica –, e mesmo na herança que poderia ser legada para as mulheres espartanas.

O sétimo capítulo trata dos esparciatas já em sua fase adulta. O autor explora as diferentes arenas e espaços sociais de conquista e reprodução de honras e prestígios. Um dos principais espaços eram as *syssítia*, onde os espartanos se reuniam em banquetes para debater e discutir sobre a conquista de honra tendo objetivos educacionais. A discussão apresentada ao longo do capítulo nos permite perceber como os esparciatas estavam sob constante análise e julgamento: suas ações, atividades e práticas eram observadas em diversos “palcos” em que poderiam ganhar ou perder valor social. Acompanhado disso, também se avalia como as magistraturas se encaixavam nesse sistema de honra espartano.

O oitavo capítulo foi reservado para os anciãos espartanos, já em idade acima de 60 anos, no qual é demonstrado pelo autor que os idosos, em Esparta, eram tratados como uma peça central no sistema de honra, pois a eles competiam as principais magistraturas e serviam como modelo para o comportamento do cidadão. Dessa maneira, os idosos tinham um papel fundamental na disseminação das avaliações positivas e negativas acerca de um esparciata. O nono capítulo trata especificamente da morte e do valor

social de um espartano, que era preservado e poderia ser utilizado para movimentar e ativar redes de relações pelos familiares. Ainda nesse capítulo, o autor discute sobre os “tremedores”, os covardes que não morriam em combate ou que fugiam e sua vinculação direta com a perda de valor social.

Por fim, no décimo e último capítulo, são abordadas as diferenças entre os reis espartanos e os esparciatas comuns, demonstrando como os reis mantinham acesso à arenas e espaços que perpetuavam sua conquista de honra e privilégios se comparado com os demais sujeitos da *pólis*. Os reis serviam então como “delimitadores” da honra em Esparta, ao impedir que outros indivíduos ascendessem socialmente acima de suas posições, mantendo assim uma organização hierárquica e estruturada do sistema de honra espartano.

Finalizada essa sucinta exposição do conteúdo da obra, podemos refletir sobre suas contribuições. De imediato, indico que as discussões desenvolvidas em *Comandantes e covardes: honra e mérito em Esparta* nos permitem questionar as narrativas que têm como objeto os principais estereótipos sobre os espartanos e sua *pólis*. Diversas produções cinematográficas, visuais e eletrônicas (*videogames*) reproduzem e fortalecem características que – como percebe-se ao longo da obra – configuram visões e interpretações sobre uma Esparta idealizada. Por exemplo, os filmes produzidos sobre os famosos *300 de Esparta*, prática, de certa forma, recorrente, já que temos obras cinematográficas com essa temática produzidas em 1962, 2006 e 2014.

Como outros exemplos, os jogos eletrônicos como os da franquia *Total War*, cujo principais jogos remontam a temáticas da Antiguidade e suas civilizações. Esparta é representada como uma força imparável em alguns cenários por conta de seus guerreiros extremamente habilidosos.

Dito isso, o livro nos possibilita reflexões e ferramentas teórico-metodológicas que ampliam nossa visão sobre a *pólis* de Esparta e, igualmente, desconstrói esses principais estereótipos. Essa “identidade” espartana, vinculada à guerra, com sujeitos que têm como profissão serem guerreiros, a busca pela honra e glória em batalha, a demonstração de força e superioridade física e militar são elementos pautados em uma Esparta idealizada e que, ao longo do tempo, se cristalizaram como características comuns dos espartanos. Portanto, ao analisar os processos que envolvem a “formação” do cidadão espartano, os espaços e arenas de disputa por honra e privilégios, a conquista e manutenção da honra, podemos matizar e compreender melhor a sociedade espartana para além da identidade guerreira e de “amantes da honra”.

No decorrer do livro, o autor consegue – de acordo com suas propostas – abordar outros elementos sobre a sociedade espartana: pensando os processos educativos do

cidadão espartano; o papel da mulher espartana, sua relação com o corpo, casamento e a herança que essas poderiam assumir; as magistraturas, cargos públicos e os espaços de conquista e manutenção da honra para o cidadão adulto; os idosos enquanto um exemplo a ser exaltado e que mantinham o parâmetro da honra na sociedade espartana; a morte e as “heranças de honra” deixadas pelos antepassados; os reis e seu papel de delimitar o sistema de honra espartano, possibilitando seu funcionamento e garantindo sua manutenção. Todos esses aspectos, cada um à sua medida, nos possibilitam enxergar a complexidade do sistema de honra espartano.

A trajetória de um cidadão espartano estava intimamente vinculada a essa necessidade de alcançar e demonstrar publicamente suas conquistas, destacando-se em relação aos seus pares. Contudo, como o autor nos mostra minuciosamente no decorrer do livro, a disputa e competições pela honra, em Esparta, não eram estabelecidas de forma igualitária. O sistema de honras espartano premiava o mérito e os êxitos de seus cidadãos, associando, assim, a ascensão social à meritocracia. Porém, o acesso às arenas de disputa pelas honras não estava garantido a todos igualmente. Logo, apesar de reforçar uma lógica meritocrática, fica evidente que os grupos mais ricos dentro da sociedade espartana possuíam um campo de possibilidades e “atalhos” que os menos favorecidos nunca conseguiriam acessar. Como, por exemplo, poder participar de competições esportivas ou financiar atletas em diferentes contextos.

Dessa forma, as estruturas meritocráticas em Esparta eram apresentadas como a trajetória e o caminho ideal para o cidadão espartano, mas os mais privilegiados e com melhores conexões conseguiam manter e perpetuar seus privilégios. Portanto, a reprodução dessa lógica meritocrática mascarava o que realmente garantia acesso ao conjunto de honras, isto é, a riqueza. Esse fator nos permite pensar sobre o presente em que nos inserimos e a sociedade capitalista que reproduz discursos meritocráticos como uma maneira de esconder que as oportunidades profissionais ou de enriquecimento não são iguais para os diferentes grupos sociais.

Em suma, considero que o autor consegue cumprir muito bem com sua proposta de analisar a sociedade espartana e suas nuances em relação à conquista e manutenção da honra. Os espartanos eram avaliados e instigados a todo momento, desde sua infância até sua velhice, a manter uma série de comportamentos considerados exemplares e virtuosos. A conquista da honra e sua manutenção era posta à prova nos momentos de “vigilância”, em que um esparciata tinha suas atitudes e êxitos observados, comparados e julgados. As estruturas educativas e de socialização posicionavam os esparciatas em uma lógica de constante vigilância e julgamento, fator que influenciava diretamente em sua postura e comportamento. Assim, podemos nos questionar quais são os aspectos que compõem

nossas estruturas educativas na contemporaneidade. Dessa forma, nos aproximamos de Esparta e entendemos não apenas seus alicerces, mas também os nossos.

Concluindo, a reflexão desenvolvida no livro sobre a *pólis* de Esparta e seus cidadãos oportuniza reinterpretarmos os conceitos e noções que permeavam a vida pública e política na sociedade espartana. Conseguimos, assim, entender como a meritocracia era sustentada através do sistema de honra espartano; porém, os limites e fronteiras desse sistema eram determinados por aqueles mais abastados na sociedade espartana e que, conseqüentemente, possuíam e dominavam outras possibilidades e arenas de disputa pela honra. Logo, a noção meritocrática reproduzida desde a infância embasava as estruturas do sistema de honras, ao mesmo tempo que garantia a manutenção do poder por parte dos grupos aristocráticos.